



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula Da Silva, na cerimônia de instalação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Palácio do Planalto, 21 de março de 2003

Eu penso que, depois da Lucinda, a gente deveria terminar o ato e nos dar por agradecidos. Eu tinha tido a oportunidade de ver a Lucinda em Guarapari em 1995, não sei por que a gente não vê uma figura como a Lucinda mais presente nas televisões brasileiras.

Eu queria agradecer a presença da família do nosso querido Florestan Fernandes; está aqui a sua viúva, minha querida companheira Miriam Rodrigues Fernandes, a Beatriz Fernandes, sua filha, e o nosso companheiro jornalista, Florestan Fernandes Júnior.

Eu tinha visto a Zezé Mota aqui, nossa querida Zezé Mota.

Precisava alguém citar mais nomes de personalidades que estão presentes, porque todo mundo aqui é personalidade, mas uns são mais personalidades porque ganharam notoriedade.

Meu querido Antônio Pitanga,

Minha querida companheira e esposa Marisa,

Meu caro e querido companheiro José Alencar, vice-presidente da República,

Minha querida Mariza Gomes da Silva, esposa do José Alencar,

Senhoras e senhores embaixadores acreditados junto ao Governo brasileiro,

Senhoras e Senhores ministros,

Meus companheiros de labuta nesses próximos quatro anos,

Companheiras ministras,

Minha querida companheira Benedita da Silva,

Meu querido companheiro Abdias Nascimento,

Minha querida Matilde, prepara-te, a luta é dura mas será compensadora.



Meus queridos companheiros senadores, deputados, prefeitos,
Companheiros dirigentes partidários,
Companheiros do Movimento Negro,
Meus amigos e minhas amigas,

Preconceito é uma coisa doentia, e eu estou aqui, de frente para vocês e atrás de vocês há um artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o artigo primeiro, que foi feito em 1948, que começa assim: “Todos os homens – ou seja, não tinha mulher naquele tempo – nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir, uns em relação aos outros, com espírito de fraternidade. “Não é possível que as mulheres do mundo inteiro ainda não tenham feito uma pressãozinha para a ONU mudar o artigo primeiro e dizer: “Todos os homens e mulheres do mundo...”

Mas essa é uma forma de preconceito que está estampada nos livros escolares que a nossa meninada lê todo santo dia, está estampada nos jornais, nas revistas nas novelas, nos filmes, em outros que tais.

Nós estamos aqui para tratar de problemas com os quais ninguém gosta de ser identificado: preconceito racial, discriminação, intolerância, racismo. Tem gente até que acredita que eles não existem no Brasil. Ou pensa que, quando ocorrem, prejudicam apenas algumas minorias. A realidade é bem diferente: esses males, aparentemente invisíveis, causam muito sofrimento entre nós.

Pelo menos metade da população brasileira vem sendo prejudicada por essa situação: a metade negra do nosso povo. Ela não é somente negra – é em sua grande maioria, pobre. Mais de 64% dos pobres e pelo menos 70% dos indigentes brasileiros são negros, como também a maior parte dos desempregados e subempregados do país.

No caso das mulheres negras, a discriminação é dupla, de gênero e de raça. Muitas são submetidas a trabalhos precários, baixa remuneração, violência e abuso



sexual, além do abandono que as obriga a assumirem sozinhas o sustento de suas famílias.

Essa situação injusta e cruel é produto da nossa História – da escravidão que durou quatro séculos no Brasil, deixando marcas profundas em nosso convívio social –, mas é também resultado da ausência de políticas públicas voltadas para superá-la.

O Estado brasileiro não deve ser neutro em relação às questões raciais. Cabe a ele assegurar a todos os brasileiros e brasileiras igualdade de oportunidades na busca de melhores condições de vida.

É importante que a gente tenha claro o que está escrito na nossa Constituição. Eu lembro do papel extraordinário e dos debates que nós fizemos na Constituinte de 1988. E tínhamos lá a companheira Benedita, o companheiro Caó, que falavam na tribuna.

E o que foi escrito na Constituição, a começar do seu artigo 3º? Dizia assim: Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Inciso 4º – Promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Artigo 4º - A República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, pelos seguintes princípios: Inciso 8º – Repúdio ao terrorismo e ao racismo.

Artigo 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes: Primeiro, homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição. A prática do racismo – inciso 42 – constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão nos termos da lei.

Artigo 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros, que visam a melhoria da sua condição social. Inciso 30º - Proibição de diferenças de



salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Artigo 216 da Constituição: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira nos quais se inclui. Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Ato das disposições constitucionais transitórias. Artigo 68 – Aos remanescentes das comunidades dos quilombos, que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes o título respectivo.

Eu não sei, meu caro amigo Cristovam Buarque, meu caro amigo Miro Teixeira, respectivamente ministros da Educação e das Comunicações, meu caro Márcio Thomaz Bastos, ministro da Justiça, e os outros ministros, mas, sobretudo, esses três, a tarefa que vocês terão pela frente.

Eu vou contar dois episódios. Benedita e eu estávamos fazendo campanha para ela, em 1992, no Rio de Janeiro. Um dia, mais ou menos às 7 horas da noite, depois de uns 10 ou 12 comícios, fomos à casa de uma personalidade no Rio de Janeiro, nosso companheiro também – porque nós também temos companheiros personalidades – eu com uma camiseta surrada, porque tinha andado o dia inteiro fazendo comício, e a Benedita – que não andava tão chique assim ainda – chegamos ao prédio e nos dirigimos à entrada principal. Eis que o porteiro, um senhor negro, que certamente não conhecia a Constituição, e certamente não tinha tido o direito de ter auto-estima pela sua própria cor, disse à Benedita e a mim: “Pelo elevador de serviço.” Ela, já deputada federal e eu, naquele tempo, já pensava em ser Presidente da República. Eu fiquei nervoso, peguei o telefone, eu não quis brigar com o porteiro, porque ele não tinha culpa, peguei o telefone e liguei para a



personalidade e disse: “Olha, não é possível.” Aí ele falou com o porteiro e Benedita e eu entramos pelo elevador principal.

Mas isso não acontece só com negro e negra, não. Esses dias eu mudei para um apartamento e um filho de um amigo meu, amigo do meu filho – essa menina que usa essas bermudonas que você não sabe se são calça ou bermuda, porque não está nem no joelho, nem no tornozelo, está no meio da canela – chega esse amigo do meu filho, na minha casa, de bermuda, de camiseta, todo esculhambado, como é próprio da idade, e chega na portaria e o porteiro – não era um negro, era um branco, mas o salário era igual ao do negro, salário mínimo – diz assim para o menino: “Por favor, pelo elevador de serviço.” Eu fui obrigado a pegar o telefone, porque eu perguntei para o menino: “Por quê você veio pelo elevador de serviço?” “Ah, porque o guarda mandou.” Eu olhei para ele assim, e falei: “Pelos trajes, até que merecia.” Aí liguei para o porteiro e disse: “Olha, daqui para a frente, quem vier à minha casa e disser que veio à minha casa, entra pelo elevador considerado principal. São os dois da mesma marca, do mesmo tamanho, cabem a mesma quantidade de pessoas, estão no mesmo prédio, próximos um do outro, ou seja, está escrito lá, um social e o outro de serviço. Vocês imaginem o quanto a gente vai ter que lutar para tirar essas placas nos elevadores dos prédios do Brasil inteiro. E já há algum avanço, obviamente.

Há alguns anos, negro só aparecia na televisão se houvesse um personagem de escravo ou de bandido. Negra, até outro dia, o máximo a que chegava era ser chefe de cozinha.

Pode ser que tudo isso, individualmente, não seja culpa de ninguém, é culpa de uma estrutura de dominação cultural a que nós somos submetidos ao longo de anos. E nós mudamos pouco, porque se a gente não começar, na pré-escola, a contar a História do Brasil diferente para nossas crianças, elas crescerão achando que os negros sempre foram escravos. Elas começarão achando que os negros são uma raça inferior. Se nós não começarmos a mudar, meu amigo Cristovam, na cartilha em que a criança começa a aprender o bê-a-bá, se nós não começarmos a



discutir que as pessoas devem ter papel importante nos filmes e na televisão, pela sua competência e não pela sua cor, nós nunca mudaremos isso.

Vamos continuar achando e admitindo que a mulher negra e o homem negro são bons para dançar, são bons para jogar futebol, são bons para disputar as Olimpíadas, mas para outras atividades como gerente de banco, dentista, médico, advogado, chefe em repartição pública, têm que ser branco. Até dentro das fábricas, – e está aqui um negro saído de dentro da fábrica, o companheiro Vicentinho – sabe-se que se, numa empresa, houver dois trabalhadores, para um deles ser escolhido chefe – se houver um negro e um branco –, pode ficar certo de que o branco será escolhido para ser o chefe daquela fábrica.

Portanto, vocês percebam que a tarefa é muito maior do que criar uma Secretaria, é muito maior do que colocar na Constituição ou na Declaração Universal dos Direitos Humanos. A coisa é muito mais profunda, a coisa está na raiz, no nascimento do nosso e de outros países. E a gente vai precisar, quem sabe, de alguns anos para que comece a mudar.

Por isso, minha querida companheira Matilde, eu estou certo de que, hoje, o que nós estamos fazendo, é jogar, meu caro Gilberto Gil, uma sementezinha. Vocês são a terra e os que não estão aqui são a água que vai aguar essa semente. E eu espero que, no menor espaço de tempo possível, essa árvore brote, dê frutos e a gente possa se preocupar com outro problema e não mais com o problema do preconceito racial no nosso país.

A criação desta Secretaria é o começo de um trabalho que precisa dar certo. Um trabalho que tem de ser articulado com o de outros ministérios. Um trabalho cotidiano, persistente, que estimule, coordene e torne mais eficientes as ações do Governo nessa área. E aí, minha companheira Matilde, toda vez que a gente trabalha numa fábrica ou num quartel, ou em qualquer atividade em que entre uma pessoa nova, essa pessoa nova leva mais tempo. Você vai começar a tratar os outros ministros como autoridades maiores do que você, porque é mais nova. E todos os ministros, aqui, são seus amigos, minha cara. Você tem que pedir licença



por educação, mas por direito você é igual a qualquer companheiro que já está no Governo.

Tenho certeza de que a nova Secretaria terá condições de fazer isso porque é fruto de movimentos amplos, participativos e profundamente comprometidos com a democracia no nosso país.

O próprio processo de criação da Secretaria foi fruto de um trabalho integrado por nove Ministérios e representantes de movimentos sociais, coordenado pelo meu companheiro Luís Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Durante o período de transição de Governo, no final do ano passado, verificamos que algumas iniciativas governamentais, ligadas às questões raciais, eram ações isoladas ou de caráter meramente propagandístico.

Ao nascer, a nova Secretaria dá a devida importância à promoção da igualdade racial no nosso país e abre espaço para a efetiva integração de projetos e ações em todo o conjunto de governo.

Por razões históricas, e pela importância da população negra no Brasil, a Secretaria terá o seu foco principal nos problemas dessa etnia. Mas não só. Qualquer parcela da população que seja vítima de discriminação racial receberá também da Secretaria a devida atenção.

A nova Secretaria surge em uma data de grande significação: 21 de março é o Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial, instituído pela ONU em homenagem às dezenas de jovens negros que, em 1960, foram vítimas do massacre na África do Sul.

Surge ainda como uma resposta positiva do Brasil às questões levantadas em 2001 pela Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, realizada também na África do Sul.

Mais de 16 mil pessoas de 173 países participaram dos debates daquele encontro – 500 representantes do nosso Brasil. O seu lema, inclusive, merece ser lembrado aqui: *“Unidos para combater o racismo – Igualdade, Justiça e Dignidade”*.

É nesses termos que o Brasil do presente e do futuro deve agir.



Nas relações internacionais, o nosso país praticamente esqueceu a África. O meu Governo vai voltar a dar atenção a esse grande continente, que é o nosso irmão de sangue e de raízes espirituais. Em alguns países africanos o Brasil não tem embaixada e nem sequer um escritório de representação. Vamos buscar maior intercâmbio político, cultural e comercial, imprescindível aos nossos povos, em particular os de língua portuguesa.

Já comuniquei ao meu companheiro Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, que ainda este ano eu quero fazer a visita a alguns países da África, para demonstrar que vamos reatar as nossas relações.

A História do Brasil é rica em exemplos de resistência e luta pelos direitos dos negros à plena cidadania.

Zumbi dos Palmares é um herói brasileiro e a data de 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra – deve se tornar uma data comemorativa de toda a sociedade.

A superação do racismo requer políticas públicas e ações afirmativas concretas.

Algumas personalidades brasileiras têm que ser lembradas neste ato, entre tantas que dedicaram suas vidas à defesa da igualdade racial. Quero homenagear todas elas recordando, com respeito político e afeto pessoal, a professora, antropóloga e militante Lélia Gonzalez, e os mestres Florestan Fernandes, que já em 1950 desmistificava as relações raciais no Brasil, e também o nosso querido Milton Santos, o nosso maior geógrafo, mundialmente reconhecido.

Quero parabenizar homens e mulheres, simples e ilustres, que durante décadas contribuíram com seu esforço, talento e persistência para a efetivação dessa conquista.

A democracia brasileira será tanto mais substantiva quanto maior for a igualdade racial no nosso país.

Muito obrigado.